

Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários,
Excelentíssima Senhora Dra. Gabriela Figueiredo Dias

Excelentíssimo Senhor Representante de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e das
Finanças

Excelentíssimo Senhor Representante do Banco de Portugal

Excelentíssimo Senhor Representante da Inspeção-Geral de Finanças

Excelentíssima Senhora Representante do Departamento de Supervisão de Auditoria da
CMVM

A Ordem realiza anualmente, de forma pública, o sorteio dos Revisores Oficiais de Contas e das
Sociedades de Revisores Oficiais de Contas que serão objeto do seu direto controlo de
qualidade – na circunstância de hoje, relativamente às auditorias do ano de 2017.

Tradicionalmente, aproveitamos para apresentar o relatório do controlo de qualidade
referente ao ano precedente e para lembrar alguns Colegas que nos deixaram, homenagear os
que completaram 25 e 40 anos de inscrição e para entregar os novos certificados de inscrição a
quem esperamos que viva por muito tempo.

Há pouco entregámos 60 certificados, o dobro do número de Colegas que perfizeram 25 anos
e cinco vezes os mais antigos.

É bom vermos esta continuação do rejuvenescimento da Ordem, coordenada por uma
formação contínua que não deixe ninguém sem apoio neste quadro de alterações aceleradas
das exigências da informação financeira com qualidade e do uso de recursos, humanos e
materiais, de elevada sofisticação.

Todos temos consciência de que a sociedade pede aos auditores o que é óbvio – certificação
da informação.

Sabemos também que há um custo elevado para a realização desta tarefa e que é necessário
que a sociedade tenha disso a perceção e que se entenda que tais custos se encontram numa

relação com os benefícios de modo adequado – na prática, não é possível gerir, em todos os setores – público, administrativo ou empresarial, privado, sem escopo lucrativo, cooperativo – sem dispor de informação financeira condigna, o que implica auditorias independentes.

Carecemos, todavia, de uma visão mais alargada na sociedade. São essenciais os gestores e os seus dependentes processadores da informação e as comissões de auditoria ou equivalentes e os consumidores da informação.

É na governança ou na governação das entidades que começa por radicar a qualidade da informação financeira. No ambiente de gestão, na cultura social. É o cimo da ação administrativa que, embora cuidada pela intervenção do contabilista, entidade também, designadamente entre nós, com vestes e atitudes de escorreito profissionalismo, há de influenciar todo o percurso da produção informativa.

Nos casos em que há órgãos de fiscalização independentes do auditor e a quem este, aliás, terá de prestar contas do seu trabalho, a governança estende-se àqueles mesmos, a quem se pede que exerçam efetivamente as funções.

Falar do papel dos utilizadores da informação determina escalar algumas vertentes.

Desde logo a literacia, em sentido amplo ou mesmo vago, reconhecendo que não é homogénea a capacidade de receção e absorção.

A este propósito, é importante referir a participação dos intermediários profissionais, genericamente analistas, cujo balizamento profissional é igualmente decisivo.

Transversal a todas as intervenções é a noção da limitação da certeza informativa, da segurança que se pode encontrar no que é transmitido, que envolve a gestão, o contabilista, a fiscalização e, por fim, o auditor. Em cada estágio há os riscos próprios e é importante sublinhar o que se passa no domínio da auditoria.

A auditoria é realizada levando em consideração os riscos calculados para cada estágio anterior, procurando colmatar todas as debilidades a montante.

É, porém, necessário que todos os utilizadores saibam que, não obstante os esforços e as técnicas utilizadas, não é possível assegurar que a informação financeira é impecável. Note-se que já nem se está a pensar que um mesmo fenómeno pode ter a tradução de diversas formas e que tudo está minuciosamente descrito nos documentos de prestação de contas, que tudo foi tratado aparentemente de modo exaustivo. Não é isso – são os erros e omissões próprios da produção, da limitação do controlo, da intenção fraudulenta de difícil deteção.

Esta conceção é primordial quando apreciamos o papel do auditor. Se é assim para este, é-o também para os supervisores – o processo de relativa insegurança não pode deixar de se prolongar para todos, na parte mais a jusante. Na prática, o que se diz para o auditor, afirma-se para o supervisor.

Significa isto que temos de realizar um processo de formação, de consciencialização nos diversos patamares – o que é possível se todos estivermos coesos.

Cada um de nós tem o seu papel específico, mas nenhum poderá ficar alheio e menos ainda furtar-se a uma reflexão conjugada.

Excelentíssima Senhora Presidente - não foi para atender esta espécie de catequética verve que pedi a presidência da V. Exa. a esta cerimónia.

A verdade é que não sabia o que dizer no momento e deslizei para o que me preocupa de modo profundo.

Tenho referido que temos de trabalhar muito, mas, mais que isso, fazê-lo em conjunto, de maneira ligada, cativando todos os intervenientes.

Duas notas, sobretudo para as e os Colegas – a Ordem está, como já é conhecido, a chamar os jovens e os revisores com mais recente inscrição à participação: é um apelo que faço, a cada

uma e a cada um e às sociedades de revisores para que permitam algum tempo para esta dedicação.

Das medalhas que hoje entregámos, 8% e 14% foram para Colegas com 40 e 25 anos de inscrição, respetivamente – Colegas, quer dizer, Senhoras. As Colegas a quem foram entregues certificados representam 40% do total. Ninguém me levará a mal que tenha hoje assinado uma Circular a suscitar o interesse e nossa participação à roda do tema “Revisão – Família e Profissão”. Não se trata de acompanhar modas, tão-só de nos ajudarmos, de darmos mais vida à Ordem, como fiz no pedido aos mais jovens.

Excelentíssima Senhora Dra. Gabriela Figueiredo Dias: sabe o apreço pessoal que me permito ter por V. Exa. e o respeito pela Instituição a que ilustremente preside, conhece quão grato eu e a Ordem estamos por a termos aqui – e também não desconhece a nossa disponibilidade para continuar o esforço de dignificação das profissões, da credibilidade da informação financeira e da indispensável elevação da posição do País no contexto internacional.

Muito obrigado.

José Rodrigues de Jesus

Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Lisboa, 4 de junho de 2018

Na sessão pública da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas